RESOLUÇÃO Nº. 17.518

Processo nº. 2001/50414-1

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 183/2000 firmado entre a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA e a SAGRI.

Responsável: Sr. EMANUEL ADILSON DE SOUZA SERRÃO, Diretor à época.

Relator: Conselheiro ANTONIO ERLINDO BRAGA.

Decisão: RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 188 do Ato nº. 24, de 08.03.1994, sobrestar o julgamento do processo, convertendo-o em diligência para o fim de conceder o prazo de 30 (trinta) dias para o Sr. EMANUEL ADILSON DE SOUZA SERRÃO, Diretor à época, apresentar a documentação pertinente às despesas não comprovadas, no valor de R\$-1.363,90 (Um mil, trezentos e sessenta e três reais e noventa centavos), ou comprovar seu recolhimento ao erário estadual.

RESOLUÇÃO Nº 17.523**(PROCESSO Nº. 2008/50812-9)**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, Considerando o disposto no art. 116, inciso I, da Constituição do Estado, combinado com o art. 59 da Lei Complementar 12, de 9 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica do TCE-PA) e com as normas constantes da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Considerando o disposto no art. 129 do Regimento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando o que consta do Processo 2008/50812-9;

Considerando os votos dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros (Anexo I);

RESOLVE, por unanimidade, **aprovar** o projeto de Parecer Prévio (Anexo II), apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Lauro de Belém Sabbá, o qual, conclusivamente, assim dispõe:

1- As Contas prestadas pela Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, **ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA**, referentes ao exercício financeiro de 2007, incluindo a Gestão Fiscal do **PODER EXECUTIVO**, estão em condições de serem julgadas **REGULARES** pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, com as seguintes recomendações:

I- Que todas as unidades gestoras integrantes da Administração Pública Estadual realizem, de forma completa e tempestiva, a manutenção do Sistema GP Pará, instrumento responsável pelo gerenciamento dos programas de Governo do Estado do Pará;

II- Que, independente da conclusão dos Projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", em implementação pela SEAD, visando atender aos princípios e técnicas contábeis amplamente disseminados e as Normas Brasileiras de Contabilidade, todas as unidades integrantes da Administração Pública Estadual utilizem os procedimentos descritos na Nota Técnica nº. 002/2006, de 4-10-2006, emitida pela DICONF/SEPOF, cujo conteúdo trata de informações gerais sobre inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Governo do Estado do Pará, com o objetivo de espelhar a adequada composição patrimonial das entidades no respectivo Balanço Patrimonial;

III- No intuito de reduzir o estoque da Dívida Ativa, que o Governo do Estado continue empenhando-se no sentido de implementar e reforçar as medidas adotadas para o combate à evasão e à sonegação, visando dar efetividade à cobrança desses créditos, especialmente os de origem tributária, inclusive no que diz respeito à aprovação do projeto de lei encaminhado pela PGE, que visa normatizar critérios para a dispensa de inscrição em dívida ativa, bem como para a propositura de execução fiscal;

IV- Que, em atenção ao disposto no inciso II do art. 14 da Lei Complementar nº. 101/2000 sejam estabelecidas, no Anexo de Metas Fiscais, no campo "compensação" do demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, as medidas que serão adotadas para compensar a renúncia de receita, conforme exemplificado no Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e Relatório Resumido de Execução Orçamentária, aprovado pela Portaria STN nº. 633/2006;

V- Que seja observada a norma contida no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº. 101/2000 mediante inclusão, no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do conceito e do valor limite das despesas consideradas irrelevantes;

VI- Que sejam adotadas medidas relativas à conclusão, no menor espaço de tempo possível, dos Projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", em implementação pela SEAD, viabilizando a realização do inventário patrimonial atualizado do Estado do Pará, a fim de compor o Balanço Geral do Estado;

VII- Visando garantir a consecução dos objetivos motivadores da celebração de Contratos de Gestão, que os órgãos estaduais signatários dos mesmos adotem, de forma rotineira, as seguintes medidas:

» Acompanhamento e supervisão contínua acerca do desempenho das organizações sociais na execução dos referidos contratos, considerando critérios de eficiência, eficácia, efetividade e equidade;

» Excetuando os contratos referentes à área da saúde, constante atualização das metas pertinentes ao alcance gradual da autonomia financeira das organizações sociais;

» Fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade de fazer constar nos contratos firmados com auditores independentes a manifestação destes acerca do alcance dos objetivos e metas estabelecidos nas sistemáticas de avaliação dos respectivos contratos;

» Como parte da atividade de supervisão, verificação

do cumprimento, pelas organizações sociais, da determinação legal de remeter as prestações de contas dos recursos públicos utilizados a este Tribunal, conforme disposto pela Resolução TCE nº. 16.817/2003, nos prazos e na forma estabelecidos;

VIII- O Governo do Estado, de forma imperiosa e urgente, busque entendimento entre os Ministérios Públicos, geral e especializados, envolvendo o Poder Legislativo, com o objetivo de pacificar a questão da repartição dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, referentes ao MPC e MP/TCM, visando garantir a aceitação e o comprometimento de todas as instituições envolvidas com os limites individuais pactuados, evitando, com isto, possíveis prejuízos que possam ser causados ao Estado do Pará em função do não atendimento à LRF, o que pode ocorrer considerando a atual situação destes órgãos;

IX- Seja observada, no texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a regra contida no inciso IV do parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº. 101/2000, que veda, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores, com exceção, exclusivamente, nas áreas de educação, saúde e segurança;

X- No texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não seja incluído mecanismo de ajuste das Metas Fiscais a ser utilizado quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária, posto que tal prática não tem previsão legal na LRF;

XI- Que seja apresentada memória de cálculo que possibilite a validação do resultado prestado junto ao Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, previsto no inciso V do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000;

XII- A fase de implantação do IDESP, que o Governo do Estado cumpra de maneira gradual o que dispõe a Lei 6.836/06, incluindo, no rol das atividades atribuídas à missão institucional dessa Autarquia, a efetiva coleta direta ou indireta dos dados e a elaboração dos indicadores, de forma que reflitam tempestivamente o Quadro de Exclusão Social do Estado, adequando-se ao disposto pela lei;

XIII- O Governo do Estado, em cumprimento ao que determina o art. 4º da Lei 6.838/06, não deixe de inserir, no PPA 2008-2011, as disposições referentes ao Mapa da Exclusão Social, estipulando metas e descrevendo ações a serem desenvolvidas durante o período de vigência do referido instrumento de planejamento;

XIV- Que o Governo do Estado comprove o cumprimento do art. 5º da Lei nº. 6.836/06, encaminhando, junto com a Prestação de Contas, cópia do Anexo de Metas Sociais integrante da proposta de lei orçamentária anual, apresentada ao Poder Legislativo;

XV- Considerando os indicadores desagregados regionalmente no Mapa da Exclusão Social, que sejam implementadas políticas públicas urgentes no sentido de reduzir gradativamente os níveis de exclusão social da Região do Marajó, cujos índices, na maioria, destacaram-se pelo baixo desempenho;

XVI- Que sejam adotadas providências no sentido de reduzir o grau de dependência financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) em relação ao tesouro estadual;

XVII- Que se procedam a ajustes nas fontes de recursos referentes aos Royalties: Hídrico, Mineral - 40 % e Petróleo, objetivando garantir que os gastos, em cada fonte, correspondam efetivamente aos valores recebidos em transferência do Governo Federal, evitando, desta forma, que as despesas pagas com esses recursos ultrapassem a receita arrecadada por fonte;

XVIII- Que sejam observadas as disposições contidas no art. 8º da Lei Federal nº. 7.990/1989 e no art. 24 do Decreto Federal nº. 1/1991, quanto à aplicação dos recursos provenientes das transferências ao Estado a título de compensações financeiras pela exploração de recursos naturais (Royalties: Hídrico, Mineral - 40% e Petróleo);

XIX- Que o Poder Executivo Estadual normatize, nos moldes adotados pelo Poder Executivo Federal, critérios e regras a serem observados quando das transferências voluntárias, destinadas à execução descentralizada dos Programas de Trabalho de responsabilidade da Administração Pública;

XX- No tocante à codificação da natureza da receita, que constem na LOA, as rubricas Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos e de Outras Receitas, conforme estabelece a Portaria STN nº. 340/2006 (Manual de Procedimentos da Receita Pública) e posteriores alterações;

XXI- O Governo do Estado encaminhe a este Tribunal, com o Balanço Geral do Estado, informação acerca da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, conforme previsão contida no art. 58 da Lei Complementar nº. 101/2000;

XXII- Que o Governo do Estado proceda à alteração estatutária da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH), considerando o valor do capital autorizado, constante do art. 7º do Decreto nº. 2.711, de 28-12-2006, fixado em R\$1,6 milhão, que diverge da deliberação tomada em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30-4-2008, quando foi deliberado o aumento do referido capital social para R\$2,6 milhões;

XXIII- Que o Governo do Estado promova a reavaliação da necessidade de manter ou extinguir a CPH, considerando que, após sete anos de criação, a referida empresa ainda não iniciou atividades operacionais, uma vez que a União não efetivou a transferência da competência legal (concessão de portos e

hidrovias federais), condição necessária à execução do objeto social da companhia;

XXIV- Que as Atas de Reuniões das Assembléias Gerais Extraordinárias, que deliberaram pela extinção das empresas estatais dependentes (COPAGRO, FRIMAPA e PARAMINÉRIOS), sejam devidamente registradas na Junta Comercial do Estado (JUCEPA), em atendimento às normas legais que regem a matéria;

XXV- Que o Governo do Estado estabeleça critérios para a destinação de recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, definindo regras para as entidades receptoras de recursos públicos e para os órgãos concedentes, no que tange ao controle interno;

XXVI- Que os setores responsáveis pela contabilidade das Empresas Estatais Dependentes do Estado do Pará se adequem à legislação vigente, de forma a atender, tanto as disposições contidas na Lei nº. 6.404/76, quanto, especialmente, as disposições contidas na Lei nº. 4.320/64, dada a relação de dependência mantida com o Erário Público Estadual.

2- A Gestão Fiscal do PODER LEGISLATIVO, composto pela Assembléia Legislativa do Estado, Tribunal de Contas do Estado do Pará e Tribunal de Contas dos Municípios, referente ao exercício de 2007, está em condições de ser julgada REGULAR pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, com as seguintes recomendações:

I- Que todas as unidades gestoras integrantes da Administração Pública Estadual realizem, de forma completa e tempestiva, a manutenção do Sistema GP Pará, instrumento responsável pelo gerenciamento dos programas de Governo do Estado do Pará;

II- Que, independente da conclusão dos Projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", em implementação pela SEAD, visando atender aos princípios e técnicas contábeis amplamente disseminados e as Normas Brasileiras de Contabilidade, todas as unidades integrantes da Administração Pública Estadual utilizem os procedimentos descritos na Nota Técnica nº. 002/2006, de 4-10-2006, emitida pela DICONF/SEPOF, cujo conteúdo trata de informações gerais sobre inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Governo do Estado do Pará, com o objetivo de espelhar a adequada composição patrimonial das entidades no respectivo Balanço Patrimonial.

3- A Gestão Fiscal do PODER JUDICIÁRIO, referente ao exercício de 2007, está em condições de ser julgada REGULAR pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, com as seguintes recomendações:

I- Que todas as unidades gestoras integrantes da Administração Pública Estadual realizem, de forma completa e tempestiva, a manutenção do Sistema GP Pará, instrumento responsável pelo gerenciamento dos programas de Governo do Estado do Pará;

II- Que, independente da conclusão dos Projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", em implementação pela SEAD, visando atender aos princípios e técnicas contábeis amplamente disseminados e as Normas Brasileiras de Contabilidade, todas as unidades integrantes da Administração Pública Estadual utilizem os procedimentos descritos na Nota Técnica nº. 002/2006, de 4-10-2006, emitida pela DICONF/SEPOF, cujo conteúdo trata de informações gerais sobre inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Governo do Estado do Pará, com o objetivo de espelhar a adequada composição patrimonial das entidades no respectivo Balanço Patrimonial.

4- A Gestão Fiscal do Ministério Público, incluindo os Ministérios Públicos especializados, referente ao exercício de 2007, está em condições de ser julgada REGULAR pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará, com as seguintes recomendações:

I- Que todas as unidades gestoras integrantes da Administração Pública Estadual realizem, de forma completa e tempestiva, a manutenção do Sistema GP Pará, instrumento responsável pelo gerenciamento dos programas de Governo do Estado do Pará;

II- Que, independente da conclusão dos Projetos "Integração da Gestão Imobiliária" e "Reordenamento do Patrimônio Imobiliário", em implementação pela SEAD, visando atender aos princípios e técnicas contábeis amplamente disseminados e as Normas Brasileiras de Contabilidade, todas as unidades integrantes da Administração Pública Estadual utilizem os procedimentos descritos na Nota Técnica nº. 002/2006, de 4-10-2006, emitida pela DICONF/SEPOF, cujo conteúdo trata de informações gerais sobre inventário, avaliação, reavaliação, depreciação e registros contábeis relativos aos bens móveis e imóveis do Governo do Estado do Pará, com o objetivo de espelhar a adequada composição patrimonial das entidades no respectivo Balanço Patrimonial;

III- Considerando a realização de gastos com pessoal no limite prudencial, que o Ministério Público do Estado, enquanto não resolvida a questão relativa à repartição interna, no âmbito estadual, do limite de gastos com pessoal dos Ministérios Públicos especializados, observe as vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº. 101/2000.

É o PARECER.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Extraordinária de 04 de junho de 2008.

CONTINUA NO CADERNO 10